



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0004590-20.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **Banco Bradesco Financiamentos Sa**
 Requerido: **Regiane de Cassia Moraes**

Proc. 486/13

4ª. Vara Cível

Vistos, etc.

BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A, instituição financeira já qualificada nos autos, moveu ação de busca e apreensão contra REGIANE DE CASSIA MORÃES também já qualificada, visando o bem descrito a fls. 02, que lhe foi alienado fiduciariamente em garantia.

A inicial veio instruída com o contrato (fls. 09/14) e comprovante de notificação extrajudicial levada a efeito contra a ré (fls. 19).

Deferida a liminar (fls. 27), o bem foi apreendido (fls. 43).

Regularmente citada, a ré em contestação (fls. 47/48), alegou que passa por dificuldades financeiras e que está negociando a entrega amigável do veículo à autora, “como devolução quitativa do débito” (sic).

Réplica à contestação, a fls. 58/64.

É o relatório.

DECIDO.

O julgamento antecipado da lide é cabível in casu, como será demonstrado.

É de senso comum que na alienação fiduciária, determinada pessoa (A) adquire um bem de outrem (B), mediante financiamento por terceiro (C). Em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

operação casada "A" aliena o bem para "C", segundo as regras estabelecidas para o instituto supra aludido. Paga a dívida, o bem passa do domínio de "C" para o domínio do primitivo alienante fiduciante "A". Não paga a dívida do mútuo, a lei dá direito de busca e apreensão e ação de depósito para "C" em relação a "A". A propósito, veja-se: JTA - 117/25.

É certo, outrossim, que a tradição na espécie é operada de modo simbólico.

Realmente, o fiduciante conserva a posse e adquire correlatamente a condição de depositário.

Pois bem a suplicada, em sua manifestação de fls. 47/48, não contestou a ação, mas, sim, teceu uma série de considerações acerca das dificuldades financeiras por que passa. A seguir, aduziu que estava negociando a entrega do veículo “como devolução quitativa” (sic).

Do exposto, bem se vê que a suplicada reconheceu o pedido da autora.

A respeito, breves considerações devem ser efetuadas.

Comentando o dispositivo contido no art. 269, inc. II, do CPC, Moniz de Aragão (Comentários ao Código de Processo Civil - II Vol. - Forense - pgs. 552/553) observa que o "julgamento sobre a validade do reconhecimento em si não constitui apreciação da lide, mas apenas do ato do reconhecimento." Prosseguindo, acrescenta que "não contraria o espírito do Código, nem lhe afronta os dizeres, antes a ambos se afeiçoa, admitir que a sentença proferida após o reconhecimento apenas o homologa, declarando extinto o processo, a não ser, é óbvio, que lhe negue a homologação, por não ser o caso."

Não há nos autos e nem foi alegado pela autora, qualquer empecilho à homologação do reconhecimento de procedência.

Isto posto, forçoso convir, que uma vez reconhecida pela ré, a procedência do pedido, relativamente ao atraso no pagamento, ensejador do ajuizamento desta ação de busca e apreensão, a este Juízo resta tão somente homologar o reconhecimento, abstendo-se de qualquer outro pronunciamento.

Com tais considerações e o mais que dos autos consta,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

homologo, fundamentado no art. 269, inc. II, do CPC, para que produza seus efeitos legais, o reconhecimento da procedência do pedido inicial efetuada pela ré.

Em consequência, **julgo procedente a ação** e declaro rescindido o contrato, consolidando em caráter definitivo, a favor da autora, a posse e o domínio plenos e exclusivos do bem, apreendido liminarmente.

Levante-se o depósito, ficando facultada a venda pela autora, na forma do art. 3º, parág. 5º., do Dec.-Lei no. 911/69.

Denego os benefícios da Justiça Gratuita à ré, pois nada há nos autos de sério e concludente a demonstrar que não tem condições de custear o feito.

A ré arcará com as custas do processo e honorários advocatícios, que fixo, amparadas nas balizas impostas pelo art. 20, do CPC, em R\$ 1.356,00, quantia equivalente a 02 salários mínimos – valor federal.

P. R. I. C.

SÃO CARLOS, 13 de novembro de 2013.

THEMÍSTOCLES BARBOSA FERREIRA NETO
JUIZ DE DIREITO